



Marco das agências reguladoras deve retornar para o Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado — 22/2/2018



Projeto que altera funcionamento de agências reguladoras, de Eunício Oliveira, passou na Câmara e deve voltar ao Senado

Duas propostas sobre o tema devem ser analisadas pela Casa neste semestre: uma lei geral apresentada por Eunício Oliveira e um projeto para aproximar a população das decisões, de Rose de Freitas

Todas as agências reguladoras poderão ter que oferecer serviço de ouvidoria e encaminhar ao Congresso um plano de gestão anual. Uma comissão especial da Câmara já aprovou o parecer sobre a proposta de Lei Geral das Agências Reguladoras, do senador Eunício Oliveira, com essas medidas. Agora o Senado deve debater o projeto de marco legal.

Como tramita em caráter conclusivo e sofreu alterações, o texto pode retornar para análise dos senadores em agosto, a menos que

haja recurso de deputados para apreciação no Plenário. O mandato do presidente e dos diretores será de cinco anos, não coincidentes, sem recondução.

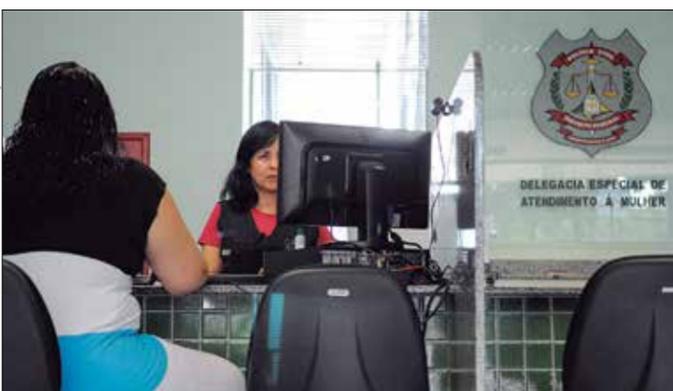
Outra proposta para aprimorar as regras das agências está em análise na Comissão de Infraestrutura. O projeto, de autoria da senadora Rose de Freitas, busca aproximar a população das decisões desses órgãos, determinando que a edição de atos normativos pelas agências reguladoras seja precedida de consulta pública por no mínimo 30 dias. **3**

Leis aprovadas no Senado buscam conter violência contra mulheres

Várias propostas legislativas para coibir a violência contra as mulheres avançaram no Senado no primeiro semestre. Dois projetos aprovados na

Casa — sobre medidas protetivas e mensagens de conteúdo misógino — se tornaram leis. Outros aguardam análise da Câmara e de comissões. **4**

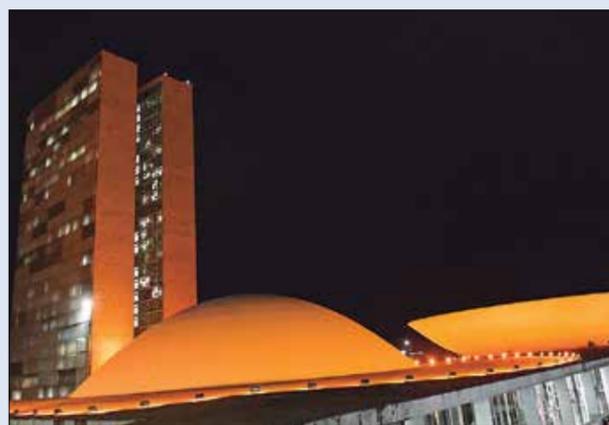
Arthur Monteiro/Agência Senado



Atendimento na Delegacia da Mulher em Brasília: agressões cresceram no país

Casa atuou para encerrar greve dos caminhoneiros **3**

Quatro ministérios ganharão crédito suplementar **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senado e Câmara estão iluminados pela conscientização sobre a doença

Congresso recebe iluminação laranja por esclerose múltipla

Até 31 de agosto, as cúpulas do Congresso Nacional estão iluminadas na cor laranja para chamar a atenção e conscientizar a população sobre a esclerose múltipla, doença neurológica que mais afeta jovens adultos no mundo.

A média de idade para o diagnóstico é 30 anos.

No Brasil, a doença atinge cerca de 40 mil pessoas. Em 30 de agosto é celebrado o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla, data estabelecida pela Lei 11.303, de 2006. **2**

Proposta de alteração de MPs aguarda decisão

A tramitação de medidas provisórias pode ser alterada por PEC em tramitação no Senado. O Congresso continuará tendo 120 dias para análise, mas o texto redivide o prazo: a Câmara terá 70 dias; o Senado, 30. Se houver alterações, a Câmara terá mais 20 dias. **3**

Ayres Britto quer revitalizar a Constituição

O jurista Ayres Britto, que foi ministro do STF de 2003 a 2012, é o primeiro entrevistado do programa *Constituição 30 anos*, que estreou ontem na TV Senado. Segundo ele, a Carta Magna tornou o Brasil juridicamente primeiro-mundista. **2**

JOVEM SENADOR 2018
A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ
30 anos depois

Estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais ou do DF podem participar do concurso de redação do Senado Federal.

www.senado.leg.br/jovemsenador

(61) 99187-2248



/senadofederal

0800 612211

Parceria:



Realização:



Marcelo Clemente/TV Senado



Jornalista da TV Senado, Glauciene Lara entrevista o ministro aposentado do STF, Carlos Ayres Britto

Brasil tem Constituição de 1º mundo, diz Ayres Britto

“Se temos andado mal das pernas, é porque temos andado de costas para esta Constituição”, afirmou o ministro aposentado do STF a programa da TV Senado sobre os 30 anos da promulgação da Carta



NO ANO EM que a Constituição faz 30 anos, o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto afirmou que o texto da Carta Magna brasileira é um dos melhores do mundo.

— Essa Constituição nos torna um país juridicamente primeiro-mundista. Se temos

andado mal das pernas é porque temos andado de costas para esta Constituição. Nós não precisamos morar em outro país. Precisamos morar em outro Brasil e vamos chegar lá.

Ministro do STF de 2003 a 2012, Ayres Britto é o primeiro entrevistado do programa *Constituição 30 Anos*, que estreou ontem na TV Senado. No programa, parlamentares, funcionários do Congresso, jornalistas, pesquisadores e juristas revelam detalhes

da Constituinte e discutem a atualidade do texto constitucional.

Questionado sobre a atuação do tribunal, criticada por juristas e parlamentares como ativismo judicial, Ayres Britto argumentou que “tudo afunila para o Supremo, o que é compreensível. É preciso mesmo que haja um Poder que fale por último”. Ele não considera que isso gere um desequilíbrio entre os Poderes. Para o jurista, recorrer ao STF é inerente à democracia, como resultado do fenômeno de popularização da Constituição.

Ayres Britto faz críticas às 99 emendas que a Carta ganhou nos 30 anos de vigência: “tem sido mexida com uma fecundidade de hamster”. Em vez de mudanças no texto ou nova Assembleia Constituinte — defendida por alguns em tempos de crise —, ele sugere reinterpretar o texto pelo próprio STF.

— Não vamos trocar essa Constituição por outra, vamos vitalizá-la. É uma bíblia jurídica, de credo democrático, e democracia a gente sabe: é pegar ou pegar. Fora da democracia, nada presta — disse.

Testemunha da História, série da TV Senado com 13 episódios, estreia hoje

A TV Senado apresenta hoje a série *Testemunha da História*, com relatos de jornalistas, fotógrafos e parlamentares sobre episódios marcantes da história recente do país. São pessoas que estiveram nos corredores, no Plenário, nas salas ou no cafezinho do Congresso quando importantes decisões e reviravoltas políticas aconteceram no Brasil. Cada programa é narrado por um desses personagens no cenário onde presenciou os fatos históricos.

Embora o foco da série seja a Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987, os

dois primeiros episódios recuam um pouco mais no tempo para resgatar a vida do país sob o regime militar. A produção faz parte das comemorações dos 30 Anos da Constituição e estará disponível no canal da TV Senado no YouTube.

A série tem 13 episódios de 5 minutos, que serão exibidos todas as sexta-feiras de agosto no *Senado Notícias — Revista*, às 19h30. No programa de hoje, o fotógrafo Orlando Brito narra como entrou com sua câmera escondida no Plenário da Câmara em 1977 para fotografar o fechamento do Congresso.

Publicada lei que abre crédito suplementar para ministérios

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a lei que abre crédito suplementar de R\$ 892,6 milhões para os Ministérios da Saúde, do Esporte, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social.

A Lei 13.698 foi sancionada sem vetos pelo presidente da República, Michel Temer. O texto tem origem no Projeto de Lei do Congresso (PLN) 13/2018, aprovado no Senado no dia 11 de agosto.

A maior parte dos recursos, R\$ 693 milhões, vai para a pasta da Saúde. Desse valor, R\$ 565 milhões serão destinados a unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

Também há recursos para sistemas de abastecimento de água de municípios e para a implantação de melhorias habitacionais destinadas ao controle da doença de Chagas.

O Ministério da Integração ficará com R\$ 95 milhões para a implantação de obras de infraestrutura hídrica e para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

O Ministério do Esporte receberá R\$ 103 milhões, recursos destinados a ações como realização e apoio a eventos de esporte e inclusão social.

Congresso é iluminado de laranja por esclerose múltipla

As cúpulas do Congresso estão iluminadas na cor laranja, até 31 de agosto, a pedido da organização sem fins lucrativos Amigos Múltiplos pela Esclerose (AME). Em 30 de agosto é celebrado o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla, data estabelecida pela Lei 11.303, de 2006. Integrante da equipe de comunicação da AME, Giulia Gamba disse que essa data é essencial para conferir visibilidade à doença neurológica que afeta 40 mil pessoas no Brasil e 2,5 milhões em todo o planeta.

— A iluminação evidenciará a causa e repercutirá em uma ampla dimensão de alcance e conscientização em prol da esclerose múltipla.

A esclerose múltipla é a doença neurológica que mais afeta jovens adultos no mundo, sendo que a média de idade em que as pessoas são diagnosticadas é de 30 anos.

Trata-se de uma doença que afeta o sistema nervoso e pode atingir diversas funções ligadas ao trânsito de informações dos neurônios para o resto do corpo. Quando esse caminho é prejudicado pelas lesões da esclerose múltipla, essas informações se dissipam. Os sintomas mais comuns são formigamento, fraqueza muscular, problemas de equilíbrio, sexuais, urinários e cognitivos. Em 85% dos casos, é diagnosticada depois de uma síndrome clinicamente isolada.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cúpulas do Congresso ficarão com luz especial até 31 de agosto

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Autor do projeto que volta a ser analisado, Eunício Oliveira preside sessão ao lado de Eduardo Amorim (E)

Senado deve debater marco das agências reguladoras

Projeto, de Eunício Oliveira, foi aprovado em comissão da Câmara e, como foi modificado, retorna para a análise dos senadores. Proposta prevê que órgãos enviem ao Congresso plano de gestão anual

O SENADO DEVE debater a atualização do marco legal das agências reguladoras neste segundo semestre. Uma comissão especial da Câmara aprovou o parecer sobre a proposta de Lei Geral das Agências Reguladoras, o PLS 52/2013, do senador Eunício Oliveira (MDB-CE).

Como tramita em caráter conclusivo e sofreu alterações, o texto pode retornar para análise da Casa em agosto, a menos que haja recurso de deputados para análise no Plenário.

A proposta exige que todas as agências reguladoras tenham ouvidoria e encaminhem ao Congresso um plano de gestão anual. O mandato do presidente e dos diretores será de cinco anos, não coincidentes, sem recondução.

Os candidatos a uma vaga na diretoria colegiada deverão comprovar experiência de cinco anos. Haverá seleção pública para formar uma lista triplíce a ser apresentada ao presidente da República. O indicado pelo Planalto será sabatinado pelo Senado.

Aperfeiçoamento

Na justificativa do projeto, Eunício afirma que, passados cerca de 15 anos, as regras de funcionamento das agências reguladoras precisam ser aperfeiçoadas, “tanto para preservar sua autonomia e independência, imprescindíveis ao seu bom funcionamento, quanto para suprir lacunas e corrigir problemas evidenciados ao longo dessa primeira década de experiência”.

O projeto também prevê ações de promoção da qualidade dos serviços das agências, do fomento à pesquisa no setor regulado e da cooperação com outros órgãos de defesa do consumidor, defesa da

concorrência e defesa do meio ambiente.

“Se a atividade reguladora das agências é inerente à execução das políticas públicas a elas confiadas, nada mais adequado que elas, como órgãos de Estado, não se tornem inoperantes por desídia de seus diretores em dar plena e boa execução aos mandatos que lhe foram conferidos”, justifica o autor.

Outra proposta para aprimorar as regras das agências reguladoras está na Comissão de Infraestrutura (CI). O PLS 73/2017, da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), busca aproximar a população das decisões desses órgãos.

Consulta pública

O projeto determina que a edição de atos normativos pelas agências reguladoras seja precedida de consulta pública por no mínimo 30 dias, cuja abertura será comunicada imediatamente ao Congresso Nacional.

Para Rose, a população tem direito de saber sobre as decisões que são tomadas nessas autarquias. Ela justifica que o Brasil tem visto excessos do poder de regulamentar por parte de órgãos e entidades do Executivo, em particular oriundas das agências reguladoras. “Nessas situações, sob o argumento de detalharem previsões legais, as agências acabam por verdadeiramente criar direitos e obrigações, inovando no ordenamento jurídico”, afirma.

“Com isso, busca-se aumentar os mecanismos para que a sociedade e o Congresso Nacional exerçam um controle prévio sobre a legalidade e a juridicidade dos atos normativos editados pelas agências reguladoras”, conclui Rose.

A atuação das agências re-

guladoras ganhou destaque em julho, após a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, acatar pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e suspender a resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que mudou regras de franquias e coparticipação dos planos de saúde. A norma, publicada pela ANS no final de junho, autorizava as operadoras de planos de saúde a cobrar de clientes até 40% do valor de cada procedimento realizado.

Com a decisão da presidente do Supremo, a ANS decidiu revogar a resolução.

Em nota, a agência justificou que “decidiu reabrir as discussões sobre a proposta de regulamentação dos mecanismos financeiros de regulação, coparticipação e franquia em função da apreensão que o tema tem causado na sociedade”.

A ANS afirma que “se reunirá com as principais instituições públicas que se manifestaram sobre a matéria, como objetivo de ouvir suas sugestões para a construção de um entendimento uniforme sobre o assunto”.

Fiscalização

A ANS é uma das 11 agências criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos por empresas.

As agências reguladoras controlam a qualidade dos serviços e estabelecem regras para setores como petróleo, telefonia, energia elétrica, medicamentos, alimentos, planos de saúde e transporte de passageiros.

Os diretores desses órgãos são nomeados pelo presidente da República, sabatinados e precisam ter a indicação aprovada pelo Senado.

Regras para tramitação de MPs aguardam decisão da Câmara

A divisão do tempo constitucional de tramitação de medidas provisórias entre Câmara e Senado segue prejudicando a análise das MPs. Desde 2011 uma proposta que regulamenta a divisão do prazo entre as Casas legislativas aprovada pelo Senado aguarda votação na Câmara.

Algumas das 11 medidas que perderam a validade por falta de decisão do Congresso em 2018 nem chegaram ao Senado, enquanto outras nem sequer saíram das comissões mistas. Entre elas, estão a MP 808/2017, que modificava diversos pontos da reforma trabalhista, e a MP 814/2017, que reestruturava o setor elétrico e autorizava o governo a incluir a Eletrobras e suas controladas no Programa Nacional de Desestatização.

Outro problema é o fato de que frequentemente as medidas chegam ao Senado a menos de uma semana do fim do prazo para votação. A Casa acaba deixando de fazer modificações, que enviariam as MPs novamente à Câmara, para evitar a perda do prazo.

A proposta de emenda à Constituição que regulamenta esse prazo (PEC 11/2011 no Senado e 70/2011 na Câmara) aprovada em 2011 pelo Senado foi movimentada

pela última vez em 2017 e só poderá voltar a ser discutida após o fim da intervenção no Rio de Janeiro, já que a Carta não pode sofrer emendas durante intervenções federais.

A versão mais recente do texto prevê que a MP começará a ser discutida por uma comissão em cada Casa, e não por comissão mista, e seguirá diretamente ao Plenário de cada uma se esgotado o prazo no colegiado especial.

O texto também delimita prazos para a análise em cada uma das Casas. A Câmara terá 70 dias para analisar a MP. Depois, serão dados 30 dias para o Senado. Se o texto for modificado, a Câmara terá mais 20 dias para analisar as alterações. O prazo total permanece em 120 dias, mas a MP perde a validade se em 100 dias não tiver sido votada na Câmara e no Senado.

Um dos entraves do excesso de MPs é que esse tipo de instrumento tranca a pauta da Câmara e do Senado e impede a votação de projetos de lei ordinária. Após 45 dias da tramitação, a medida passa a sobrestar a pauta na Câmara. Como geralmente demora mais de 45 dias para ser aprovada na outra Casa, já chega ao Senado impedindo as outras votações.

Atuação do Senado viabilizou acordo com caminhoneiros

Passou pelo Senado a resolução da greve dos caminhoneiros que atingiu o país no primeiro semestre. O presidente da Casa, Eunício Oliveira, participou das negociações para o atendimento das reivindicações dos manifestantes, entre elas o subsídio ao óleo diesel, o tabelamento do preço dos serviços de frete e a isenção de pedágio para eixos suspensos de caminhões.

Eunício também tratou com o presidente da República, Michel Temer, sobre a viabilidade das propostas que tratavam da crise dos combustíveis.

No fim de maio, motoristas de caminhão de todo o país estacionaram seus veículos nas rodovias e paralisaram as atividades de transporte de cargas. Como resultado, o país sofreu desabastecimento, em especial nos postos de combustíveis. O ato foi um protesto contra a política de reajustes de preços da Petrobras.

O Congresso abordou a principal demanda da greve por meio do PLC 52/2018, projeto que originalmente se destinava a reverter desonerações da folha de pagamento concedidas a diversos setores da

economia. A Câmara incluiu um dispositivo que zerava a cobrança de PIS-Cofins sobre o óleo diesel e aprovou a proposta. Essa modificação não foi pactuada com o Executivo e gerou atritos.

No Senado, Eunício articulou um acordo para não prolongar a crise. Em 29 de maio, o Senado aprovou o texto e, no dia seguinte, o Planalto vetou a isenção do PIS-Cofins, mas editou um decreto que zera a alíquota de outro imposto, a Cide, sobre o diesel.

Temer editou também quatro medidas provisórias destinadas a atender demandas dos caminhoneiros e lidar com consequências da greve. Elas já estão em vigência, mas ainda precisam passar pelo crivo do Congresso, que também poderá modificá-las neste semestre. Quanto às demais pautas, o Congresso articula a aprovação do Marco Regulatório do Transporte de Cargas, para disciplinar questões sobre segurança nas estradas, infrações, contratação de transportadores, seguros e vale-pedágio. O projeto foi aprovado em junho no Senado e está na Câmara.

Senado aprova leis para coibir agressão à mulher

Uma das legislações já publicadas torna crime o descumprimento de medidas protetivas. Outros projetos ainda em tramitação buscam reduzir índices de violência, que aumentaram no ano passado

UM ESTUDO DIVULGADO pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que o país registrou no ano passado 388,2 mil casos de agressão contra mulheres, o que representa um aumento de 16% em relação a 2016. Para tentar diminuir essas estatísticas, diversas propostas legislativas avançaram no Senado no primeiro semestre deste ano.

Somente em março, nas celebrações do Dia Internacional da Mulher, três projetos foram aprovados, atendendo reivindicação da bancada feminina. Dois deles já foram publicados no *Diário Oficial da União* e transformados em leis.

Originada do PLC 186/2017, a Lei 13.642 delega à Polícia Federal a atribuição de investigar crimes associados à divulgação de mensagens de conteúdo misógino (que propagam ódio ou aversão às mulheres) pela internet. O projeto teve parecer favorável em Plenário de Gleisi Hoffmann (PT-PR). Para a senadora, a investigação desses crimes deve ter máxima prioridade, principalmente pela rápida propagação das informações na rede. Além disso, Gleisi considera que a PF, por ser uma força policial bem estruturada, conseguirá maior eficiência celeridade nas investigações.

Outra lei, originada do PLC 4/2016, torna crime o descumprimento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha para proteger mulheres vítimas de algum tipo de violência doméstica ou familiar. A Lei 13.641 impõe pena de detenção de três



Renildo Silva/Agencem

Estados como a Bahia têm delegacias específicas para atender mulheres

meses a dois anos para quem desobedecer a decisão judicial nesse sentido e suspende ou restringe o direito do agressor portar armas, caso ele disponha dessa licença.

Vingança pornográfica

Uma proposta que criminaliza a violação da intimidade da mulher foi aprovada pelo Plenário do Senado e voltou para análise da Câmara dos Deputados por ter sofrido modificações. O PLC 18/2017 enquadra o registro ou divulgação não autorizada de cenas de intimidade sexual (a chamada vingança pornográfica) como forma de violência doméstica e familiar. A pena deverá ser de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Também foi remetido à Câmara o PLS 233/2013, que reserva vagas gratuitas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos cursos oferecidos pelo Sistema S. Pelo

texto, 5% das vagas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) devem ser destinadas a mulheres nessa situação.

O autor da proposta, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), considera a iniciativa essencial para proporcionar independência financeira à mulher agredida, garantindo que ela tenha meios para prover a si e a seus filhos, sem a necessidade de continuar convivendo com o agressor.

Procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressalta a necessidade dessas e de outras medidas, para que crimes contra a mulher tenham pu-

Propostas em análise no Congresso

- ▶ **PLS 308/2016**, que dá prazo de cinco dias para hospitais notificarem casos de violência: remetido à Câmara
- ▶ **PLS 119/2015**, que dispõe sobre o uso de um “botão do pânico” por mulheres ameaçadas: remetido à Câmara
- ▶ **PLS 328/2013**, que obriga a realização de audiência prévia para soltura de agressores: remetido à Câmara
- ▶ **PLS 64/2018**, que dá a gestantes ou mães de criança com deficiência o direito de trocar a prisão preventiva por prisão domiciliar: remetido à Câmara
- ▶ **PLS 296/2016**, que estabelece prazo máximo de 30 dias para o pagamento do salário-maternidade pelo INSS: remetido à Câmara
- ▶ **PLS 241/2017**, que estabelece a contagem do prazo da licença-maternidade a partir da alta hospitalar do bebê nascido de parto prematuro: remetido à Câmara
- ▶ **PLS 308/2016**, que obriga profissionais de saúde a notificar às autoridades policiais casos de violência doméstica em até cinco dias do atendimento: remetido à Câmara
- ▶ **PLS 197/2014**, que facilita a aplicação de medidas protetivas de urgência: aguarda parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)
- ▶ **PLS 191/2017**, que estende a Lei Maria da Penha à proteção de mulheres transgêneros e transexuais: aguarda parecer na CCJ
- ▶ **PLC 16/2011**, que acaba com a divergência de interpretação sobre a Lei Maria da Penha, ao definir de forma clara que o namoro, atual ou terminado, configura relação íntima de afeto para fim de proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar: aguarda parecer na CCJ
- ▶ **PLS 244/2017**, que estabelece cotas de 5% em empresas de prestação de serviço para contratação de mulheres vítimas de violência: aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS)
- ▶ **SCD 2/2018 ao PLS 618/2015**, que tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro: aguarda votação no Plenário do Senado



nições cada vez mais duras e rápidas, a fim de evitar novas agressões. A senadora também destaca a mobilização da bancada feminina que levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a destinar um Fundo Eleitoral para mulheres em valor proporcional ao número de candidatas. Com mais verba para mulheres nos partidos e condições disputarem as eleições, Vanessa acredita que

haverá mais representatividade feminina já na próxima legislatura.

— Se a gente tem mais mulheres no Parlamento, tudo caminha de forma mais simples, mais rápida. Fica mais fácil inclusive criar, examinar, encaminhar e aprovar projetos que nos interessam em áreas como trabalho, saúde, cultura, enfrentamento à violência e outras — ponderou.

Pauta Feminina debate autonomia e superação da violência

Realizado fora do Senado pela segunda vez em sua história, o projeto Pauta Feminina levou a Planaltina, no Distrito Federal, o debate “Independência econômica: superar obstáculos para prevenir violências e promover autonomia”.

O encontro, na última semana do recesso, foi coordenado pelo chefe substituto do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (Ceam) de Planaltina, Walber Borges, e mobilizou dezenas de moradores da região.

Gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado, Maria Terezinha Nunes representou a Diretoria-Geral e fez uma compilação de importantes passos da Casa em direção à garantia de direitos das mulheres.

A gestora lembrou que, desde 2005, o DataSenado faz uma

pesquisa bienal, por telefone, sobre a violência contra as mulheres. Ela também mencionou a adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, a criação do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, o curso de educação a distância Dialogando sobre a Lei Maria da Penha e o Programa de Assistência à Mulher em Situação de Violência, que

prevê a destinação de 2% das vagas a mulheres em situação de violência.

A iniciativa tem tido grande repercussão, sendo um dos pontos destacados no projeto Senado nas Casas legislativas, que corre o país disseminando as práticas de igualdade de gênero da Casa. A subsecretária de Políticas para Mulheres do governo do Distrito Federal, Alexandra Luciana Costa,

elogiou a realização do debate em Planaltina.

— Essa Pauta Feminina itinerante torna possível ocupar os espaços e estimular o diálogo para ouvir a sociedade civil — destacou.

Durante o debate, a pesquisadora Tamara Naiz, integrante da União Brasileira de Mulheres, disse que as estatísticas indicam que há um aumento da violência contra

as mulheres em Brasília, fato que ela associa à perda de poder da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres do governo do Distrito Federal, que já foi uma secretaria autônoma.

Consulta

Para a presidente da Comissão Especial de Combate à Violência Familiar da OAB-DF, Lucia Bessa, as mulheres não devem pensar nisso apenas a partir do quadro local.

— É visível que nós mulheres não somos prioridade para esse governo. Depois de muitas mudanças, o governo fez mais uma sem consultar o Conselho Nacional de Políticas de Mulheres, tirando a pasta de mulheres da Presidência da República e subordinando-a ao Ministério dos Direitos Humanos — criticou a advogada.



Lunide Braghini

Debate promovido pela Procuradoria da Mulher do Senado reúne especialistas e comunidades em Planaltina